

Primeiro Secretário: Raquel Rebelo Paulino
Segundo Secretário: Maria de Fátima Sousa Rebelo

Ata nº 110

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e três Reunio em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social e Polivalente de Ega, na sua sede, sita na Rua da Calçada, nº 20, Casal da Vila, Ega, concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto um - Leitura e votação da ata da Assembleia anterior;
Ponto dois - Relatório de atividades e Contas do exercício do ano de 2022;

- 2.1) Apresentação e discussão
- 2.2) Parecer do Conselho Fiscal
- 2.3) Votação do respectivo documento

Ponto três - Informações.

Por não se encontrarem presentes na hora marcada a maioria dos sócios com direito a voto, a sessão teve início meia hora depois nos termos do artigo 31º dos Estatutos. Tendo em conta a ausência do segundo-secretário, foi eleito para o referido lugar nos termos do artigo 26º - nº 3 dos Estatutos a sócia VERA CRAVO.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão com a ratificação da Ata da Reunião anterior dando nota de que a mesma se encontra online no site da Instituição para que todas tenham acesso à mesma. Neste ponto o sócio Manuel Branco refere que na ata anterior não referiu que "... hoje há crianças e por isso antes de se mandar fazer um anteprojecto de arquitetura do edifício onde instalar uma creche..." mas sim hoje há menos crianças. Refere ainda que relativamente ao investimento do ano de dois mil e vinte e dois, referiu que os dados se apresentavam desajustados nomeadamente ao nível dos painéis fotovoltaicos, da viatura e do ar condicionado, e que o Presidente da Direcção assentiu que estavam desajustados e que iriam ser ajustados, no entanto no site da Instituição ainda se encontram desajustados. O Presidente da Direcção interveio referindo que a folha já foi atualizada e

assinada e que irá ser pedrada a atual.

A ata foi aprovada por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Direção que por sua vez saudou os sócios e passou a palavra ao DR. José Pedro Nuno Antunes, contabilista certificado da instituição, para apresentação das contas do exercício do ano de dois mil e vinte e dois. Inicia referindo que apesar da crise pandémica Covid-19 ter abrandado, chegou o conflito da GUERRA, condicionante para a Instituição, ao que tem que se ter atencão. O Relatório encontra-se dividido em duas partes: o balanço e os Resultados, em que o total do ativo PRA de dois milhões novecentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e noventa e seis euros e vinte e oito centimos (2.958.696,28€). Efetuou investimentos em ativos que se prevê que prevaleçam mais tempo na Instituição, no valor de trinta e cinco mil e setenta e sete euros e vinte e cinco centimos (35.070,25€) na aquisição e adaptação de uma viatura, de sessenta e sete mil e quinhentos euros (16.500,00€) na aquisição de painéis solares para instalação, doze mil duzentos e sessenta e cinco euros (12.265,00€) no pagamento da 1ª fase de um projeto de arquitetura para a futura creche e, mil quatrocentos e quarenta e nove euros e cinquenta centimos (1.449,50€) na aquisição de uma descascadora de batatas industrial. No final do ano transato o inventário ficou avaliado em quatorze mil quatrocentos e setenta e sete euros e oitenta e um centimos (14.417,81€) Apresentou um saldo de créditos a receber de dois mil quinhentos e sessenta e nove euros e cinquenta e seis centimos (2.560,56€) Relativo às dívidas dos utentes de Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e de Estrutura Residencial para Idosos (ERPI). Relativo ao reembolso de IVA a Instituição teve a favor do Estado nove mil trezentos e setenta e nove euros e quarenta e nove centimos (9.379,49€). Relativamente a outros ativos correntes e diferimentos salienta-se: vinte mil oitocentos e onze mil euros e trinta e um centimos (20.811,31€) referente a verbas inscritas no orçamento do PIDDAC, cinquenta mil novecentos e nove euros e trinta e cinco centimos (50.909,35€) referentes ao Desafio Sênior, cento e um mil novecentos e quarenta e sete e setenta centimos (101.947,70€) do PARES 3.0, mil novecentos e quatorze euros e sessenta e dois euros (1.914,62€) do programa CEI+; quarenta e

três mil e quinhentos e oitenta e oito mil euros cinquenta e cinco centimos (43.588,55€) e quatro mil cento e cinquenta e seis euros e quarenta e quatro centimos (4.056,44€) em diferimentos de gastos a Reconhecer. No que diz respeito à Caixa e Depósitos Bancários a Instituição no final de dois mil e vinte e dois apresentava quatrocentos e oito mil quinhentos e onze euros e setenta e um centimos (408.511,71€) em Bancos e quatrocentos e noventa e sete euros e vinte e quatro centimos (497,24€) em Caixa. Esta rubrica aumentou cinquenta e seis mil setecentos e setenta e sete euros e oitenta e quatro centimos (56.777,84€) face ao ano anterior.

O total do Passivo no final do ano transato era de trezentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e quarenta e três euros e setenta e dois centimos (355.843,72€), aumentando sessenta e três mil quinhentos e sessenta e oito mil euros e sessenta e cinco centimos (63.568,65€) em Relação ao final do ano de dois mil e vinte e um. No passivo corrente o Centro Social a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois apresentava os seguintes saldos: cento e oito mil oitocentos e onze euros e treze centimos (108.811,13€) referentes a subsídios de férias e encargos com a segurança social; treze mil oitenta euros e setenta e dois centimos (13.080,72€) referente às contribuições para a segurança social; vinte e oito mil cento e setenta e um euros e onze centimos (29.231,82€) em credores por acrescimos de gastos ao ano 2022; dois mil quatrocentos e sessenta e sete euros e setenta centimos (2.467,10€) referente às retenções de IRS e, cento e noventa e um mil setecentos e noventa e nove euros e oitenta e quatro centimos (191.799,84€) em diferimentos de Rendimentos Relativos ao programa PARES 3.0, programa CLDS 40 e programa Desafio Sénior. Relativamente aos fundos patrimoniais o total do fundo Capital a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois era de dois milhões seiscentos e dois mil oitocentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e seis centimos (2.602.852,56€). No que diz respeito à análise de Demonstração de Resultados e na Rubrica Gastos o custo com as matérias-primas consumidas foi de duzentos e quarenta mil setenta e dois euros e vinte e cinco centimos (240.072,25€). Os gastos com fornecimentos e serviços externos foi de duzentos e

onze mil cento e cinquenta e nove euros e onze cêntimos (211.159,11€).

Os gastos com o pessoal atingiram o valor de setecentos e oito mil trezentos e noventa e três mil euros e noventa e três cêntimos (708.393,93€). Os gastos de depreciação dos ativos fixos no exercício de dois mil e vinte e dois foi de cento e quatro mil setecentos e vinte e três euros e setenta e um cêntimos (104.723,71€).

Em outros gastos e perdas atingiu-se um valor de três mil novecentos e quarenta e seis euros e vinte e um cêntimos (3.946,21€).

Na Rubrica Rendimentos, a prestação de serviços resultou no valor de seiscentos e cinquenta e três mil noventa e quatro euros e setenta e sete cêntimos (653.094,77€) correspondente às mensalidades das valências de ERPI, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e

qualificação dos sócios. Os subsídios à exploração atingiram o valor de quinhentos e oitenta e quatro mil duzentos e quarenta euros e vinte e cinco cêntimos (584.240,25€) provenientes do Instituto de Segurança Social, do CIDS 4G, do Município de Pondiça-a-Nova e POAMC, do Instituto de Emprego e Formação Profissional entre outros. Em suma podemos referir

que no ano de dois mil e vinte e dois se verificou um total de gastos no valor de um milhão duzentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa e cinco euros e vinte e um cêntimos (1.268.295,21€) e um total de Rendimentos de um milhão trezentos e

dezoito mil duzentos e quarenta e dois euros e sessenta e três cêntimos (1.318.242,63€) obtendo um resultado líquido no valor de quarenta e nove mil novecentos e quarenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos (49.947,42€).

O sócio Manuel Branco pediu a palavra para lembrar que existem cerca de vinte e um mil euros (21.000,00€) cabivos na Segurança Social que se devem fazer uma diligência, por escrito, uma vez que ainda é uma importância avultada. Acrescentou ainda que o resultado alcançado no ano anterior foi positivo o que é bom, mesmo com uma técnica com o lugar suspenso continua a haver uma margem confortável para programar uma melhoria nomeadamente no cuidado aos idosos e que numa perspectiva a Direção está a parabéns. O Presidente da Direção tomou da palavra

Referindo que o assunto do valor referido não está esquecido. Quanto ao Relatório, a ausência da técnica não foi o ano todo mas sim três meses, o valor do combustível disparou e a Segurança Social deu um paro mais, mas não é suficiente já os gastos com a higiene foram mais baixos, pois o material usado foi menos do que o utilizado durante a crise da pandemia da COVID-19, tal como a quantidade de água. Também se tem valores mais reduzidos pois a Encarregada Geral, Dra. Branco, negocia com os fornecedores os preços conseguindo obter melhores resultados nas aquisições de material.

De seguida o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, Joaquim Rebelo Loureiro, para se proceder à leitura da ata número trinta e cinco, aprovando por unanimidade os respetivos documentos.

De seguida o Presidente da Direção passa a palavra às Diretoras Técnicas, da ERPI e do Centro de Dia, Dra. Patrícia Oliveira e Dra. Marta Branco respetivamente para apresentação do Relatório de atividades do ano de dois mil e vinte e dois. A Dra. Patrícia na posse da palavra refere que o presente Relatório tem como objetivo dar conta da ação desenvolvida pelo Centro Social e Polivalente de Esposende e dos resultados alcançados no ano transato. Refere que no ano de dois mil e vinte e dois foram admitidos 33 novos sócios e que os principais investimentos realizados foram no sentido de melhorar a capacidade da Instituição responder aos desafios que lhe são colocados diariamente, nomeadamente com a aquisição de uma carrinha de 5 lugares adaptada com rampa.

A Dra. Marta Branco tomou da palavra referindo que os Recursos Humanos são fundamentais para a Instituição cumprir a sua missão e prestar serviço de qualidade aos utentes. Foi um ano de entradas e saídas, espelhado no mercado de trabalho, pois é um trabalho de grande desgaste físico e emocional e, muitos candidatos que chegam não têm essa noção acabando por abandonar precocemente o trabalho. Os candidatos em dois mil e vinte e dois eram oriundos sobretudo do Brasil sem a situação regularizada no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras o que complicava a contratação. As técnicas contratadas no âmbito do CLDS 40 refere

que, foram uma psicóloga a tempo completo e uma assistente social a tempo parcial que em março passou a ser tempo completo, pois havia verba para tal e foi autorizada. No que concerne ao quadro pessoal houve um reforço na enfermagem de forma a dar uma resposta mais célere e eficaz para os utentes que cada vez mais precisam de cuidados de saúde. Quando a formação profissional existe a preocupação de capacitar os colaboradores para lhes permitir prestar cuidados de qualidade, mas também para serem pessoas responsáveis. Para tal foram realizadas formações, nomeadamente ética-código e deontologia profissional promovida pela Associação Cultural Desportiva de Solidariedade de Vila da Raia e de Primeiros Socorros para investimento pessoal e profissional.

A Dra Patrícia apresenta o Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC) que tem como objetivo combater a pobreza e a exclusão social, através do fornecimento e distribuição de gêneros alimentícios. O programa referido anteriormente é desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal de Lencxesa como entidade coordenadora, e as entidades mediadoras tal como o Centro Social Polivalente de Lga entre outras. A entidade Social assegura o acesso ao fornecimento de refeições diárias que se destinam a famílias ou indivíduos economicamente desfavorecidos, sendo estas financiadas pelo Instituto da Segurança Social. No ano de dois mil e vinte e dois foram apoiados cerca de 7 beneficiários/famílias.

Relativamente aos programas a decorrer, a Dra Marta Branco refere o Desafio Senior que tinha como data prevista de terminus a 31 de dezembro de 2022, mas foi solicitada a prorrogação da mesma tendo sido autorizada até 23 de maio de 2023. Este projeto resulta da candidatura feita no âmbito do Portugal Inovação, sendo composto por uma equipa multidisciplinar que promove, nomeadamente, atividades diferenciadas no domicílio para diminuir o isolamento dos idosos. Os idosos com o passar do tempo compreenderam a importância e os objetivos do projeto, valorizando as visitas e o cuidado prestado, tendo a meta sido alcançada. Quanto a outro projeto, o CLDS 40, surge no âmbito de outra candidatura e o Centro

Social e Polivalente de Lagoa é a Entidade Local Executora de Ações. O projeto iniciou a 1 de julho de 2020 e terminará a 30 de junho de 2023, sendo o mesmo composto pelo eixo 2 e eixo 3. As ações do eixo 2 são "Espaço Família" e "Capacitar + Proteger" e o objetivo principal é a promoção de estilos de vida saudáveis. No âmbito do eixo 3 promovem-se ações socioculturais que estimulam o envelhecimento ativo e a autonomia das pessoas idosas com "Oficinas + Atividades" e nas "Visitas de Afetos".

No âmbito dos parceiros, a Dra. Patrícia menciona que, continuamos presentes e que as reuniões têm como objetivo partilhar informação relativa ao funcionamento interno de cada instituição perante os casos sociais e, debater assuntos relevantes à intervenção das várias entidades participantes. No âmbito do projeto PARES.0 encontram-se em curso os procedimentos pré-contratuais, esperando dar início à obra de climatização. Relativamente aos estágios foi acolhida uma aluna do 3º ano da licenciatura de Gerontologia Social, da Escola Superior de Educação de Coimbra.

Quanto às respostas sociais foram mantidos os acordos de cooperação estabelecidos com o ISS. A Dra. Marta refere que o Serviço de Apoio Domiciliário promove a melhoria da qualidade de vida dos utentes e familiares, melhora a autonomia dos utentes e assegura a satisfação das necessidades básicas da sua vida diária tendo capacidade para 35 utentes. No que concerne ao Centro de Dia, o mesmo tem a capacidade para 30 utentes sendo esta uma resposta social feita nas instalações da ERPI.

A ERPI é constituída por mais de 50% dos utentes do género feminino. Refere a Dra. Patrícia, e que o fenómeno do envelhecimento é mais acentuado nas mulheres e o aumento da esperança média de vida caracteriza a população que usufrui dos serviços da ERPI. Relativamente à COVID-19, o ano de dois mil e vinte e dois continuou a ser marcado pela pandemia, no entanto o número de hospitalizações diminuiu consideravelmente e não foram registados óbitos.

O Presidente da Direção interviém, referindo que no Relatório de atividades a utente com mais de 100 anos é do sexo feminino e não do masculino, tendo de momento já 103 anos. Refere ainda

que 63% dos utentes são da Freguesia de Lga, outros são do concelho e não existem mais vagas uma vez que temos que ter 10 vagas reservadas à Segurança Social.

O Presidente da Mesa agradece às Direções Técnicas e questiona se existem questões.

O sócio Rodolfo Silva pede a palavra Referindo que a saída de 25 dos trabalhadores corresponde a 50%, o que pode causar um impacto negativo na qualidade do serviço, questionando porque não Retivem essas pessoas e porque não aguentaram o serviço. O Presidente da Direcção toma a palavra Referindo que houve funcionários de qual não se Renova o contrato ou não necessitaram dos mesmos, outros que não têm o valor merecido. Alguns funcionários vinham para o serviço sem saber Realmente para o serviço que vinham, e quando os funcionários veem é necessário ensinar, dar formação e, ainda em formação vão-se embora.

O sócio Manuel Branco pede a palavra dando uma nota positiva ao Relatório Referindo a grande obra social que a Instituição é, tanto para a Lga, como para a freguesia e mesmo para o concelho. Refere que os resultados positivos da conta corrente poderiam ajudar a manter as pessoas durante mais tempo, a margem positiva de dois mil e vinte e dois poderia ser gasta em Recursos humanos. A Instituição poderia aumentar ligeiramente os Honorários, não muito para não desequilibrar, mas poderia ser um incentivo. Lá fora se sabem que o salário mínimo de Lga é mais 20 ou 30€ poderia ser um incentivo pois, a aprendizagem do entra e sai é destabilizante.

O Presidente da Direcção interveio, Referindo que se preocupam com isso pois no ano anterior foi dado um prémio e que no ano corrente dobraram o prémio. Isto obriga à assiduidade, se houver assiduidade é reforçado. O sócio Manuel Branco pede a palavra novamente questionando se o pessoal que entra e sai, também entra nos prémios e, que o aumento em Relação a outros locais pode ser um fator importante, não podendo ter em conta só a assiduidade pois existem pessoas assíduas sem prémio. O sócio Joaquim Loureiro pede a palavra Referindo que a baixa pode ser justificada e que o entra e sai do pes-

social é comum e que no trabalho dele acontece o mesmo, nomeadamente nas papeiras.

O Presidente da Assembleia Realça ainda que isto é uma situação global das Instituições.

O sócio Manuel Branco volta a tomar da palavra referindo que os trabalhadores das IPSS são pouco remunerados para o serviço que prestam, foi bom ter subido o salário mínimo, mas deixou de haver uma "escadinha" de salário como havia. A sócia Inês Pratas pede a palavra questionando o tempo do sistema de prémios/incentivos e os seus resultados. O Presidente da Direção responde referindo que o sistema está implementado desde setembro de 2011 e que depende dos funcionários. O Presidente da Assembleia colocou o Relatório de Contas e o Relatório de atividades a votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Passando ao ponto 3 da ordem de trabalhos o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Direção. O Presidente da Direção refere que está presente o Arquiteto Ricardo Conde para nos apresentar o projeto da creche.

Entretanto fez um esclarecimento em relação à questão colocada na reunião anterior pela sócia Alça Loureiro, sobre o valor das suas cotas ter passado para o dobro, mencionando que o mesmo foi um acordo entre os funcionários da instituição da qual ela fazia parte.

A sócia Alça Loureiro refere que no ano passado pagou 6€ e que vai procurar o comprovativo. Relativamente ao projeto do ar condicionado ainda não está em execução pois existiam coisas a mais no processo e outras que faltavam, respetivamente o símbolo e o termo de quem fez o projeto. Depois disto, foi pedido para parar porque não havia dinheiro para o projeto. A Instituição tem dinheiro para fazer a obra, mas não a quer fazer sem autorização.

O sócio Manuel Branco pede a palavra questionando se a Instituição chegou a fazer o concurso público e se está selecionada a empresa. O Presidente da Direção toma a palavra respondendo que o projeto foi lançado, mas que não o deixaram avançar. O sócio Ma-

o senhor Manuel Branco Betina da palavra referindo que na ata anterior foram referidos um espaço para arquivo e uma sala para reuniões de Assembleia Geral, os quais apoia e sente a necessidade, mas que terão que ser feitos na altura própria. Refere que os espaços deverão estar incluídos no orçamento e fazer-se uma reunião extraordinária para se alterar esse mesmo orçamento. Sugere ainda que a compra de móveis também está sujeita a aprovação da Assembleia Geral, deve ser inserida no orçamento de investimentos se for para prosseguir, e ter em conta a nota para os estatutos.

O Presidente da Direcção chama o Arquiteto Ricardo para explicar o projeto da creche.

Do longo da apresentação o Arquiteto Ricardo fala da localização da creche, dos componentes e matérias, do reaproveitamento de águas, da sustentabilidade e de ser ecológica, realçando ser um projeto pioneiro no Distrito.

O sócio Manuel Branco pede a palavra questionando sobre a capacidade do edifício, o número de vagas e a estimativa orçamental. O Arquiteto Ricardo responde referindo que o número de vagas será de 30 podendo ir até 42 crianças e, quanto à estimativa orçamental ainda não tem, mas, terá em breve. O sócio Manuel Branco valoriza o projeto. O sócio Daniel Pratas pede a palavra referindo que antes da apresentação do projeto da creche deveria ser apresentado aos sócios uma questão demográfica, a concorrência, uma previsão de gastos, funcionários e se é viável. O Arquiteto usa da palavra referindo ser necessário um projeto antes de se estruturar e que, o objetivo é fazer qualidade, eficiência e sustentabilidade.

O Presidente da Direcção refere que compraram mais uma carteira para apoio comunitário, sendo a mesma na elétrica devido aos valores.

O sócio Rodolfo Silva pede a palavra começando por dar os parabéns à Instituição, questiona de seguida se no último ano houve alguma ação em tribunal, menciona facto das refeições virem à Assembleia e sobre a proposta de doação.

O sócio Manuel Branco refere a proposta já dissecada

com a questão das piscinas, e, se incomodado com o contrato de comodato de 10 anos alterar o mesmo de 10 para 25 anos. Refere que a hipótese poderá ser colocar a questão oficialmente ao DIRETOR da Segurança Social, solicitando autorização para a doação do edifício aos UGAS.

O Presidente da Direcção responde que existe um processo em Tribunal da Relação por difamação, contra duas pessoas, que acompanha tanto a Direcção como a Instituição.

Posto isto e não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia agradece a presença de todos os sócios dando por encerrada a sessão. Da mesma se lavra a presente ata que vai ser assinada pela Mesa:

Presidente da Assembleia: Bruno Filipa Pinheiro Santos

Primeiro Secretário: Raquel Rebelo Paulino

Segundo Secretário: Vera Viegas Ferreira

Cláudia Cruz.